

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 2003.

*Altera o Sistema Tributário Nacional e dá
outras providências*

EMENDA ADITIVA Nº /03-CE

(Dos Srs. Asdrubal Bentes e Jäder Barbalho, Sra. Ann Pontes e outros)

Acrescenta o inciso III, ao Art. 159, da
Constituição Federal.

Fica acrescido o inciso III, do Art. 159 da Lei Maior conforme segue:

Art. 159.....

.....

III. do produto da arrecadação do imposto sobre importação de produtos estrangeiros vinte por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente aos valores obtidos pelos produtos deles oriundos que ultrapassarem os pagos pelos que aos mesmos forem destinados.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição já determinara não incidir o ICMS sobre operações que destinassem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar (art. 155, X, a). Enquanto tal regra prevaleceu, os Estados com maciças exportações de semi-elaborados prosseguiram cobrando sobre as mesmas aquele tributo que, em vários deles, como no Pará, representava parcela substancial do orçamento. Todavia, a Lei Complementar 87/96, invocando o § 2º, inciso XII, letra e, do mesmo art. 155, isentou quaisquer operações que destinem mercadorias ao exterior, inclusive produtos primários e semi-elaborados (art. 3º, II), daí decorrendo graves prejuízos àquelas unidades federativas.

É certo que a Lei Complementar nº87/1996, com as alterações da Lei Complementar 102/2000, procurou mitigar tais prejuízos, sendo, porém, incontestável que jamais o fez de forma cabal. Basta refletir que o critério básico utilizado não foi o de compensação pelo montante do tributo desonerado, mas sim pela diferença global verificada na arrecadação de cada Estado. Em conseqüência, todo esforço da máquina fiscal, quando obtém algum sucesso, este desaparece pelo desequilíbrio do IOMS não cobrado.

Havia, contudo, uma brecha jurídica na qual as unidades sacrificadas depositavam grandes esperanças. É que o texto constitucional excluía expressamente da imunidade os produtos semi-elaborados. Portanto, embora a Lei Complementar os incluísse, era bem mais fácil modificá-la que alterar a Carta Magna. Agora, porém, caso o dispositivo ampliador se constitucionalize sem, ao mesmo tempo, ganharem idêntica hierarquia as regras compensadoras, é evidente que o prejuízo se transformará de passageiro em definitivo. Estar-se-ia, assim, perenizando a contradição entre as diretrizes indispensáveis ao desenvolvimento nacional e a dura desigualdade que perdura entre as regiões brasileiras.

Diante do exposto, encaminhamos esta emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003.

Sala das Comissões, 17 de junho de 2003.

Asdrubal Bentes
Deputado Federal

Jáder Barbalho
Deputado Federal

Ann Pontes
Deputada Federal